

Quinta-feira, 04 de Dezembro de 2025

**DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA****Sumário**

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7066/2025.	3
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2025.	4
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2025 - PROCESSO Nº 8158/2025.	5
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8835/2025 - DISPENSA Nº 056/2025.	6
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9005/2025 - DISPENSA Nº 061/2025.	7
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9093/2025 - DISPENSA Nº 063/2025.	8
PORTARIA Nº 93/GAB, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025 - INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, COM A FINALIDADE DE ANALISAR, ELABORAR, MONITORAR E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL.	9
LEI Nº 6383, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	13
LEI Nº 6384, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - FICA REGULAMENTADO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA/SP, O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO "PROFISSIONAL DA SAÚDE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	15
LEI Nº 6385, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA EM PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA, RATIFICANDO O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE EM SI CELEBRAM.	17
DECRETO Nº 5285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025 - APROVA O REGULAMENTO DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES, TECNOLOGIAS E	19

DEZEMBRO DE 2025**Diário Oficial**

Edição nº 701/2025

Expediente

O Diário Oficial de Caçapava é uma publicação sob a responsabilidade das entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caçapava, Conforme **Lei Municipal nº 5819**, de 22 de março de 2021.

Demais edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas por meio do endereço eletrônico:

<https://cacapava.sp.gov.br/diario-oficial>.

As consultas são de acesso gratuito e não necessitam de qualquer realização de cadastro.

Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

Site: <https://cacapava.sp.gov.br>**Câmara Municipal de Caçapava**

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava/SP - CEP: 12281-450

Telefone: (12) 3654-8800

E-mail: comunicacao@fusam.com.br

**INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO DA GUARDA CIVIL
MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
.....**SMF - NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS.** 42
.....**SMPUMA - AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR.** 43
.....**FUSAM - HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 075/2025 - DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 035/2025.** 56
.....**FUSAM - EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZO - PROCESSO Nº
089/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2025.** 57
.....**FUSAM - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO.** 58
.....**FUSAM - CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO.** 59
.....



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico: 049/2025 – Processo Interno nº 7066/2025

Tendo por objeto **Registro de Preço para Eventual Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)**, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e anexos. O Prefeito ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto à empresa **TPLAN OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 07.272.424/0001-54**, para o item 01 no valor máximo de R\$ 1.499.750,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta reais), conforme as propostas de preços apresentadas e acostadas aos autos.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8631/2025

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

CNPJ: 45.189.305/0001-21

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE ELÉTRICA DO ESPAÇO ESPORTIVO MUNICIPAL PISTA DE SKATE ADALBERTO LUIS HONÓRIO

DISPENSA N.º 052/2025

VALOR TOTAL: R\$ 13.879,28 (treze mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos).

CONTRATADA: EURO TUBOS LTDA

CNPJ: 28.568.405/0001-40

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNI (R\$)	QTDE	VALOR TOTAL (R\$)
02	POSTE TELECONICO RETO ACO ENGASTADO 6M	900,00	5	4.500,00
04	SUPORTE ACO GF PARA LUMINARIA 02 PETALAS 60,30MM	150,00	3	450,00
05	SUPORTE ACO GF PARA LUMINARIA 03 PETALAS 60,30MM	125,00	2	250,00
TOTAL				5.200,00

CONTRATADA: SHN SOLUÇÕES LTDA-EPP

CNPJ: 55.677.028/0001-50

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNI (R\$)	QTDE	VALOR TOTAL (R\$)
01	CABO FLEXIVEL 0,6/1KV 3X2,50MM2 PP HEPR PRETO	859,00	2	1.718,00
03	LUMINARIA PUBLICA LED - MINIMO 11.000 LM	380,53	10	3.805,30
06	MINIDISJUNTOR IPOLAR 100A (CURVA C) 220/400V	168,00	1	168,00
07	RELE FOTOELETRONICO MICROCONTROLADO FAIL-OFF NF	20,64	10	206,40
08	MINIDISJUNTOR BIPOLAR 25A (CURVA C) 220V/400V	37,00	5	185,00
09	FITA ISOLANTE PRETA 19MM X ROLO 20M	10,00	3	30,00
10	BARRAMENTO IFASICO 63A X 56 POLOS DIN	208,00	1	208,00
11	QUADRO COMANDO 400 X 400 X 200MM	208,58	1	208,58
12	PADRÃO EDP T4	2.150,00	1	2.150,00
TOTAL				8.679,28

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico: 078/2025 – Processo Interno nº 8158/2025

Tendo por objeto **Contratação de empresa especializada em alimentação (cozinha/restaurante) para o fornecimento de suco natural e salada (legumes e verduras) prontos para servir**, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e anexos. O Prefeito ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto à **Lacerda Refeições Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 61.033.452/0001-64**, para os itens 01 e 02, no valor total de R\$ 3.610.300,00 (três milhões, seiscentos e dez mil e trezentos reais), conforme as propostas de preços apresentadas e acostadas aos autos.

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8835/2025

DISPENSA N.º 056/2025

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, em conformidade com o art. 75, II, C/C § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e o Decreto Municipal N.º 4985/2023, torna público que a Administração pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, COM INFRAESTRUTURA SUBTERRÂNEA DE CABEAMENTO ELÉTRICO E DE REDE.**

JUSTIFICATIVA:

A ausência de câmeras de vigilância no Parque da Moçota tem gerado preocupações relacionadas à segurança dos frequentadores e à preservação do patrimônio público. O local é amplamente utilizado pela comunidade para atividades de lazer, esportes e convivência, o que demanda um ambiente seguro e controlado. Nos últimos períodos, foram observadas ocorrências de vandalismo e depredação de equipamentos públicos, especialmente em horários de menor movimento. A inexistência de um sistema de monitoramento impossibilita o acompanhamento em tempo real das atividades no parque e dificulta a identificação de responsáveis por eventuais danos ou incidentes. A instalação de câmeras de segurança permitirá aumentar o controle e a vigilância das áreas mais sensíveis, como acessos principais, quadras, estacionamentos e espaços de convivência, além de auxiliar na prevenção de ilícitos e na resposta rápida a situações emergenciais. Além disso, a presença de câmeras atua como fator de inibição de condutas inadequadas, contribuindo para a sensação de segurança dos usuários e para a valorização do espaço público. Dessa forma, a implantação do sistema de videomonitoramento é medida necessária e estratégica para garantir a integridade do patrimônio municipal, a tranquilidade dos frequentadores e a melhoria contínua da gestão do Parque da Moçota.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMA DE TRABALHO (FUNCIONAL)	FONTE (Nº E TÍTULO)	CÓDIGO DE APLICAÇÃO
5809	3.3.90.30.28	12.122.2009.2039	08 - Emendas Parlamentares	220-0032
5813	3.3.90.30.28	12.122.2009.2039	08 - Emendas Parlamentares	220-0032

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Propostas deverão ser cadastradas na plataforma <https://www.comprascacapava.com.br>, até **10/12/2025, às 7h59**.

O edital fica disponível no site da Prefeitura Municipal de Caçapava, no seguinte link: “<https://www.cacapava.sp.gov.br/licitacoes/dispensa-de-licitacao>”.

Qualquer dúvida, entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, através do e-mail: “cpl@cacapava.sp.gov.br”.

O valor estimado do serviço é de **R\$ 19.911,25 (dezenove mil, novecentos e onze reais e vinte e cinco centavos)**.

Caçapava, 04 de dezembro de 2025.

Gabriel Pinelli Ferraz
Secretário de Gestão Pública

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9005/2025

DISPENSA N.º 061/2025

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, em conformidade com o art. 75, I, C/C § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e o Decreto Municipal N.º 4985/2023, torna público que a Administração pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA UNIDADE ESCOLAR “EMEÍ LOURDES ARAUJO JULIANO DE ALMEIDA”**.

JUSTIFICATIVA:

A prestação se faz necessária devido à falta de instalação elétrica na edificação, comprometendo as atividades da edificação.

A execução dos serviços por empresa especializada é imprescindível para:

- Agilizar as atividades de execução;
- Restaurar e conservar patrimônio público municipal;
- Assegurar execução conforme normas técnicas vigentes (NBR 5410, NR-10, e correlatas);
- Obter uma estrutura elétrica de qualidade, durabilidade e manutenção preventiva adequada.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMA DE TRABALHO (FUNCIONAL)	FONTE (Nº E TÍTULO)	CÓDIGO DE APLICAÇÃO
5049	3.3.90.39.05	12.365.2010.2468	01 – Tesouro	213-0000

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Propostas deverão ser cadastradas na plataforma <https://www.comprascacapava.com.br>, até **10/12/2025, às 7h59**.

O edital fica disponível no site da Prefeitura Municipal de Caçapava, no seguinte link: “<https://www.cacapava.sp.gov.br/licitacoes/dispensa-de-licitacao>”.

Qualquer dúvida, entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, através do e-mail: “cpl@cacapava.sp.gov.br”.

O valor estimado do serviço é de **R\$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos reais)**.

Caçapava, 04 de dezembro de 2025.

Gabriel Pinelli Ferraz
Secretário de Gestão Pública

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9093/2025

DISPENSA N.º 063/2025

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, em conformidade com o art. 75, II, C/C § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e o Decreto Municipal N.º 4985/2023, torna público que a Administração pretende realizar a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS DESTINADAS PARA HABILITAÇÃO DO PORTE DE ARMA DE FOGO DOS INTEGRANTES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAÇAPAVA.**

JUSTIFICATIVA:

A contratação é necessária para atender à exigência da IN 310/2025 da Polícia Federal, que determina avaliação psicológica por profissional credenciado como requisito obrigatório para a habilitação do porte funcional condicionado dos integrantes da Guarda Civil Municipal.

Diante do caráter urgente da demanda, necessária para a regularização imediata das atividades operacionais, e considerando que o valor estimado se enquadra nas hipóteses legais de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, opta-se pela contratação direta, adotando-se o menor preço unitário identificado no levantamento de mercado.

O objetivo é assegurar que os 35 integrantes da Guarda Civil Municipal de Caçapava realizem as avaliações psicológicas com a brevidade e conformidade necessárias para a emissão e manutenção do porte funcional condicionado, garantindo segurança jurídica e continuidade do serviço público essencial.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMA DE TRABALHO (FUNCIONAL)	FONTE (Nº E TÍTULO)	CÓDIGO DE APLICAÇÃO
1145	3.3.90.39.50	06.122.8002.2511	01 – Tesouro	110-0000

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

Propostas deverão ser cadastradas na plataforma <https://www.comprascacapava.com.br>, até **10/12/2025, às 7h59**.

O edital fica disponível no site da Prefeitura Municipal de Caçapava, no seguinte link: “<https://www.cacapava.sp.gov.br/licitacoes/dispensa-de-licitacao>”.

Qualquer dúvida, entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, através do e-mail: “cpl@cacapava.sp.gov.br”.

O valor estimado do serviço é de **R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais)**.

Caçapava, 04 de dezembro de 2025.

Gabriel Pinelli Ferraz
Secretário de Gestão Pública

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6691 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21



PORTARIA Nº 93/GAB, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025 - INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, COM A FINALIDADE DE ANALISAR, ELABORAR, MONITORAR E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL.

Edição nº 701, 04 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

PORTARIA Nº 93/GAB, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui a Comissão Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a finalidade de analisar, elaborar, monitorar e acompanhar a implementação da Política Pública Municipal de Educação Especial, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205 e 208, que asseguram a educação como direito de todos e dever do Estado, garantindo o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação básica;

Considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (MEC, 2008), e demais normativas federais e estaduais sobre o tema;

Considerando a necessidade de planejar e institucionalizar diretrizes locais para a efetivação de uma educação inclusiva e equitativa no âmbito da Rede Municipal de Ensino,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a finalidade de analisar, elaborar, monitorar e acompanhar a implementação da Política Pública Municipal de Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Caçapava-SP.

Art. 2º Compete à Comissão:

I - Diagnosticar a situação atual da Educação Especial no município, considerando dados de matrícula, recursos humanos, estrutura física e práticas pedagógicas;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

II - Propor diretrizes e estratégias para a formulação da Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

III - Acompanhar e avaliar o processo de elaboração, discussão pública e implementação da referida política;

IV - Propor ações de formação continuada aos profissionais da educação, voltadas à inclusão;

V - Sugerir adequações pedagógicas, arquitetônicas e de gestão, que garantam o direito à educação inclusiva,

VI - Elaborar relatórios periódicos sobre o andamento das ações e encaminhá-los à Secretaria Municipal de Educação;

VII - Emitir parecer técnico referente às questões da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - Realizar articulação com outros setores da administração pública e com a sociedade civil organizada.

Art. 3º A Comissão será composta por representantes dos seguintes segmentos:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Equipe Multidisciplinar de Educação Especial e Inclusiva;

III - Gestores escolares da Rede Municipal;

IV - Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE);

V - Representantes de pais e/ou responsáveis por alunos público-alvo da Educação Especial;

VI - Representantes de instituições e entidades ligadas à inclusão e aos direitos da pessoa com deficiência (quando houver).

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 1º A composição nominal dos membros da Comissão constará em Anexo Único desta Portaria.

§ 2º A Comissão poderá convidar outros profissionais e especialistas para colaborar nos trabalhos, sempre que julgar necessário.

§ 3º A Comissão será coordenada pelos três primeiros membros designados em anexo.

Art. 4º A Comissão deverá elaborar um cronograma de reuniões e atividades, bem como um plano de trabalho, a ser apresentado à Secretaria Municipal de Educação no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 5º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 24 de novembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

ANEXO ÚNICO

Comissão Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – COMEEPEI

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ÓRGÃO/REPRESENTAÇÃO
Simone Coelho Guimarães	Diretora do Departamento Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação
Luciana Kelly Miranda Motta	Chefe da Divisão de Educação Especial	Secretaria Municipal de Educação
Luzamara de Souza	Coordenadora do NAI – Núcleo de Apoio à Inclusão	Equipe Multidisciplinar de Educação Especial e Inclusiva
Simone Débora Azevedo Oliveira	Supervisora de Ensino da Rede Municipal	Secretaria Municipal de Educação
Joseane Aparecida de Oliveira V. Sousa	Diretora de Escola da Rede Municipal	Gestor escolar da Rede Municipal
Patrícia Souza Baroni	Professora do AEE da Rede Municipal	Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE)
Murilo Abreu	Professor do AEE da Rede Municipal	Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE)
Francine Maria Ribeiro Cavalheiro	Psicopedagoga do NAI	Equipe Multidisciplinar de Educação Especial e Inclusiva
Lúcia de Fátima Bitati Penha	Psicóloga do NAI	Equipe Multidisciplinar de Educação Especial e Inclusiva
Angélica Maria Soares	Orientadora Pedagógica da Rede Municipal	Representante de pais e/ou responsável por alunos público-alvo da Educação Especial
Simone Silva Rocha Moreira	Presidente da AAFAC Associação de apoio às famílias de Autistas de Caçapava – Essência Azul	Representante de instituições e entidades ligadas à inclusão



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6383, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 144/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Dispõe sobre a criação do Arquivo Público Municipal de Caçapava/SP, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 8 3

Art. 1º Fica redesignada a Seção de Arquivo e Acesso à Informação como SEÇÃO DE ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL do Poder Executivo, subordinado à SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA/DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO PÚBLICA/DIVISÃO DE PROTOCOLO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO.

Art. 2º Fica instituído o Sistema Municipal de Arquivos do Poder Executivo de Caçapava/SP.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Arquivos:

I - A Seção do Arquivo Público Municipal, que exercerá a atribuição de órgão central do Sistema;

II - Órgãos e entidades da Administração Municipal, Direta e Indireta, como órgãos setoriais do Sistema.

Art. 3º O Arquivo Público Municipal terá quadro próprio de servidores, admitidos de acordo com os dispositivos legais vigentes.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 4 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6384, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - FICA REGULAMENTADO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA/SP, O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO "PROFISSIONAL DA SAÚDE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 701, 04 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6384, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 147/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Fica regulamentado, no âmbito do Município de Caçapava/SP, o Profissional de Educação Física como "Profissional da Saúde", e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I n º 6 3 8 4

Art. 1º Fica regulamentada a atuação do Profissional de Educação Física no âmbito hospitalar e saúde pública no Município de Caçapava.

Art. 2º O Profissional de Educação Física possui formação para atuar em contextos hospitalares nos níveis de atenção primária, secundária e terciária em saúde, em conformidade com a legislação federal, com as diretrizes do SUS - Sistema Único de Saúde e com a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O profissional de que trata este artigo deve possuir formação em Bacharelado e/ou Licenciatura/Bacharelado, devidamente registrada no órgão competente.

Art. 3º São atribuições do Profissional de Educação Física no contexto hospitalar:

I - participar, dentro das estruturas existentes, de programas e ações voltados à promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação de pacientes por meio da prática de atividades físicas supervisionadas;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

II - contribuir com equipes multiprofissionais na atenção básica, utilizando estratégias de incentivo à atividade física e bem-estar, sem impacto financeiro ao município;

III - apoiar, dentro das unidades de saúde, ações educativas sobre os benefícios da atividade física para a população;

IV - integrar-se a equipes de atenção primária, secundária ou terciária, atuando de forma interdisciplinar, sem gerar novas contratações ou custos adicionais.

Art. 4º O reconhecimento do Profissional de Educação Física como parte da equipe de saúde municipal não cria obrigação para novas nomeações, contratações ou reajustes financeiros, devendo sua atuação ocorrer conforme a disponibilidade de profissionais já vinculados à administração pública municipal.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei por meio de atos administrativos, caso necessário, respeitando a estrutura vigente da administração pública.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 04 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

LEI Nº 6385, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA EM PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA, RATIFICANDO O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE EM SI CELEBRAM.

Edição nº 701, 04 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

LEI Nº 6385, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei nº 196/2025

Autor: Prefeito Municipal Yan Lopes de Almeida

Dispõe sobre a autorização do Município de Caçapava em participar do CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARAÍBA, ratificando o Protocolo de Intenções que entre em si celebram, anexo a esta, e dá outras providências.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI nº 6385

Art. 1º Fica autorizado o Município de Caçapava, nos termos da Lei Orgânica, a participar do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, pelo que ratifica sem reservas o Protocolo de Intenções firmado entre o Município, de acordo com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, e do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 2º O Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, que ora se ratifica, tem a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 3º O Protocolo de Intenções, após a sua ratificação, converter-se-á em contrato de Consórcio Público, cujo seu inteiro teor é parte integrante desta Lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005, podendo ser suplementada se necessário.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 5º Este projeto está alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8-Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9-Indústria, Inovação e Infraestrutura; 11-Cidades e Comunidades Sustentáveis; 13-Ação Contra a Mudança Global do Clima; 15-Vida Terrestre; 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17-Parcerias e Meios de Implementação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 04 de dezembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21

DECRETO Nº 5285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025 - APROVA O REGULAMENTO DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES, TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edição nº 701, 04 de dezembro de 2025



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025

APROVA O REGULAMENTO DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES, TECNOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAÇAPAVA/SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Yan Lopes de Almeida, Prefeito Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o porte de arma de fogo poderá ser autorizado aos integrantes das Guardas Cíveis Municipais, com fundamento no Estatuto do Desarmamento - Lei Federal nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, bem como na Lei Federal nº. 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais;

CONSIDERANDO os termos das instruções normativas expedidas pelo Departamento de Polícia Federal, que disciplinam a autorização para porte de arma de fogo aos integrantes das Guardas Cíveis Municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos com vistas ao controle do armamento e da munição, bem como disciplinar a autorização para o uso e porte de arma de fogo aos integrantes da Guarda Civil Municipal de Caçapava;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento de Armamentos, Munições, Tecnologias e Instrumentos de menor potencial ofensivo da Guarda Civil Municipal de Caçapava/SP, anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 03 de novembro de 2025.

DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

ANEXO I REGULAMENTO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE CAÇAPAVA

TÍTULO I DO USO DE EQUIPAMENTOS MENOS LETAIS

CAPÍTULO I DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

Art. 1º Define-se como instrumentos de menor potencial ofensivo aqueles desenhados para minimizar o risco de fatalidade ou lesões permanentes, permitindo a contenção, debilitação ou incapacitação temporária de indivíduos.

Art. 2º Os Guardas Civis Municipais de Caçapava utilizarão instrumentos de menor potencial ofensivo conforme suas funções e responsabilidades, priorizando seu uso de forma a não comprometer a segurança física ou mental dos guardas.

CAPÍTULO II DOS EQUIPAMENTOS E MUNIÇÕES MENOS LETAIS

Seção I Das Armas de Condução Elétrica (Taser e Spark)

Art. 3º Para fins deste Regulamento, Arma de Condutividade Elétrica são dispositivos que disparam dardos elétricos conectados à unidade principal por um fio isolado de cobre, que atuam diretamente no sistema neuromuscular, causando fortes contrações musculares involuntárias e desorientação temporária, com baixo risco de causar morte ou lesão grave.

Art. 4º O emprego de Armas de Condução Elétrica por membros da Guarda Civil Municipal exige treinamento específico prévio.

Art. 5º A Guarda Civil Municipal poderá firmar parcerias para a realização de treinamentos sobre o uso de Armas de Condução Elétrica e de outros instrumentos para aplicação gradativa da força, por meio da Escola da Guarda Civil, criada pela Lei Complementar nº 374, de 18 de julho de 2025.

Art. 6º Sempre que possível, os guardas equipados com Armas de Condução Elétrica devem também portar outros instrumentos para aplicação gradativa da força.

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Parágrafo único. Os instrumentos para aplicação gradativa da força serão adotados pela Escola de Formação da Guarda Civil Municipal e permitidos aos guardas que possuírem treinamento especializado.

Subseção I Do Porte

Art. 7º Para o porte de Armas de Condução Elétrica, os Guardas Civis Municipais devem:

I - Completar um treinamento inicial específico de no mínimo 8 horas, conforme as diretrizes estabelecidas pela Escola de Formação da Guarda Civil Municipal;

II - Participar de cursos de atualização e capacitação profissional anual com duração mínima de 4 horas;

III - Obter autorização expressa do Comando da Guarda Civil Municipal;

IV - Submeter-se a avaliações psicológicas periódicas, conforme dispuser a legislação.

Art. 8º No início do turno, o guarda deve inspecionar a Arma de Condutividade Elétrica e testá-la conforme ensinado em instrução, mantendo-a consigo de forma segura durante o trabalho.

Art. 9º O uso da Arma de Condutividade Elétrica deve ser proporcional e justificado, visando a segurança de todos.

Art. 10. O uso da Arma de Condutividade Elétrica é permitido somente quando métodos menos invasivos se mostrarem ineficazes, observando-se a moderação, minimização de danos e assistência médica imediata.

Art. 11. O uso de Arma de Condutividade Elétrica é restrito a situações de defesa contra agressões ou para conter indivíduos que apresentem resistência ativa, após tentativas de resolução menos agressivas ou sem eficácia.

Art. 12. O emprego de Arma de Condutividade Elétrica é permitido para conter animais que constituam risco iminente à Segurança Pública ou de membros da Guarda Civil Municipal.

§ 1º A aplicação deve ser a última alternativa, após avaliação cuidadosa, seguindo protocolos de segurança para reduzir danos ao animal.

3
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 2º Incidentes devem ser documentados em relatório justificativo, detalhando a necessidade de uso e medidas subsequentes para o bem-estar animal.

Art. 13. O uso de Arma de Condutividade Elétrica visa cessar agressões, minimizar riscos e proteger a integridade física de todos envolvidos.

§ 1º Qualquer que seja a ocorrência, deverá ser realizado relatório expressando a real necessidade do uso.

§ 2º O uso inadequado do equipamento implicará em responsabilização administrativa, civil e penal de forma concomitante, conforme determinado pela legislação aplicável.

Subseção II

Do Carregamento e do Disparo

Art. 14. As diretrizes para o carregamento de cartuchos na Arma de Condutividade Elétrica exigem que a arma permaneça desativada e orientada em direção ao solo durante o processo, evitando-se posicionar a mão ou quaisquer partes do corpo diante do compartimento do cartucho.

Art. 15. É obrigatório o uso exclusivo de cartuchos providenciados pela Administração Municipal, selecionando-os de acordo com a necessidade específica da situação enfrentada pelo alvo.

Subseção III

Do Disparo

Art. 16. Ao utilizar a Arma de Condutividade Elétrica, deve-se priorizar o direcionamento aos grandes grupos musculares, excluindo-se explicitamente a cabeça, o rosto e o pescoço como alvos.

Parágrafo único. O operador da arma será responsável por quaisquer danos ou lesões graves decorrentes de sua utilização imprópria.

Art. 17. A Arma de Condutividade Elétrica não deve, sob nenhuma circunstância, ser empregada como meio de punição.

Parágrafo único. É imperativo aderir rigorosamente às diretrizes de segurança, empregar técnicas operacionais corretas e assegurar a segurança do equipamento para prevenir disparos não intencionais.

Art. 18. Antes da ativação da Arma de Condutividade Elétrica, é obrigatório que o agente notifique seus colegas de equipe sobre a decisão de utilizar o dispositivo, garantindo a segurança dos envolvidos, clareza e coordenação na ação.

4
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 19 Subsequente à utilização da Arma de Condutividade Elétrica, o agente deve proceder conforme segue:

I - Proceder à imobilização segura do indivíduo afetado;

II - Proceder à algemação, apenas se considerado estritamente necessário;

III - Encaminhar o indivíduo para a unidade de atendimento médico de emergência mais próxima para avaliação, seguindo, posteriormente, à apresentação deste à autoridade competente para os devidos registros e ações legais pertinentes;

IV - Elaborar e submeter um relatório justificando a necessidade e as circunstâncias do uso da Arma de Condutividade Elétrica, nos termos da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, ou qualquer ato normativo que vier a substituí-la.

Parágrafo único. Em situações de conflito com indivíduos agressivos portadores de transtornos mentais (ou evidentemente alterados), após a tentativa de resolução por meios menos invasivos e a subsequente necessidade de emprego da Arma de Condutividade Elétrica, deve-se imobilizar o sujeito de maneira segura para garantir e preservar a integridade física das pessoas e equipes GCM's envolvidas, a fim de prevenir autolesão ou danos a terceiros.

Art. 20. Se o disparo da Arma de Condutividade Elétrica for necessário, os dardos devem ser retirados o mais breve possível e armazenados adequadamente, estando disponíveis à autoridade policial competente para análise, caso se exija.

Art. 21. Em caso de lesão ou morte causada pela Arma de Condutividade Elétrica, medidas imediatas devem incluir socorro médico, preservação do local, notificação ao superior e registro oficial do incidente. Todo o equipamento deverá ser preservado e adequadamente armazenado para apreciação da autoridade policial.

Art. 22. É vedado o uso da Arma de Condutividade Elétrica em situações de risco aumentado, como presença de líquidos inflamáveis, em veículos em movimento, ou em ambientes que possam potencializar o risco de lesões graves ou morte.

Art. 23. Em caso de uso da Arma de Condutividade Elétrica, ao término do turno, os guardas municipais deverão devolver o equipamento ao armeiro, que verificará a necessidade de manutenção.

Parágrafo único. Os Guardas Cíveis Municipais de Caçapava/SP deverão relatar qualquer incidente ou dano ocorrido durante a utilização.

5
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 24. As Armas de Condutividade Elétrica devem passar por manutenção preventiva trimestral, com verificação de cartuchos, cabos e baterias, realizada por técnicos especializados.

Art. 25. O Comando da Guarda Civil Municipal pode recolher a Arma de Condutividade Elétrica a qualquer momento para auditoria ou manutenção.

Seção II

Dos Espargidores de Agente Químico

Art. 26. Também chamado de Gás de Pimenta, Spray de Pimenta, ou Gás OC (de Oleoresina Capsicum), é um agente de baixo grau de periculosidade, que age na intenção de debilitar temporariamente um ou mais indivíduos por meio da irritação da pele, olhos e/ou membranas mucosas, onde os efeitos fisiológicos se iniciam imediatamente após a exposição à substância química e os efeitos desaparecem pouco tempo depois de concluída a exposição ao agente químico.

Art. 27. Os Espargidores são agentes inflamatórios, que causam de imediato o fechamento dos olhos, onde a extensão dos seus efeitos é proporcional à quantidade disparada, sendo que seu efeito dura cerca de 30 minutos, podendo permanecer, com menor intensidade, durante horas.

Subseção I

Do Uso

Art. 28. Os agentes químicos de controle menos letais, empregados para incapacitar temporariamente indivíduos através da provocação de irritação intensa na pele, olhos e membranas mucosas, são classificados da seguinte forma neste Regulamento:

I - Espargidor de Espuma: Ideal para uso em ambientes confinados, como auditórios e salas de reuniões. Este tipo foca no agressor sem afetar indivíduos no entorno. Sua aplicação precisa permitir neutralizar uma ameaça específica, minimizando o risco para outras pessoas presentes;

II - Espargidor de Spray: Projetado para situações com múltiplos agressores, como manifestações ou situações de dissídio coletivo. O spray de pimenta tem um alcance mais amplo, não se limitando a um único alvo. Esta versão é adequada quando a intenção é repelir várias ameaças simultaneamente, embora possa afetar pessoas próximas ao alvo visado.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outros equipamentos similares adotados pela Academia da Guarda, os guardas municipais terão em seu equipamento de uso pessoal pelo menos um dos espargidores descritos nos incisos I e II.

Art. 29. A utilização dos Espargidores é permitida nas seguintes circunstâncias:

6
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

I - Após constatação da ineficácia de métodos alternativos de intervenção;

II - Para dispersar aglomerações que efetivamente estejam trazendo prejuízo à paz social ou à ordem pública;

III - No gerenciamento de distúrbios civis;

IV - Em situações de legítima defesa própria ou de terceiros;

V - Para interromper atos de agressão injusta.

Art. 30. O emprego de Espargidores deve ser evitado em condições específicas, visando minimizar riscos à saúde:

I - Durante a presença de mulheres grávidas;

II - Quando crianças estiverem presentes;

III - Na proximidade de idosos;

IV - Em ambientes fechados, confinados ou sem ventilação devido ao risco de concentração elevada do agente químico.

Parágrafo único. Nos casos em que a intervenção dos guardas municipais se faça necessária em ambientes fechados, tais como salas, auditórios e elevadores, deve-se, sempre que viável, priorizar o uso do Espargidor de Espuma.

Subseção II

Dos Cuidados de Armazenamento e Cautela

Art. 31. A armazenagem dos Espargidores deve ser realizada em ambientes cuja temperatura esteja controlada, evitando-se exposição a condições extremas que possam comprometer sua integridade, causar explosão ou reduzir sua efetividade.

Art. 32. Os guardas municipais receberão, por cautela individual, um Espargidor de espuma ou um Espargidor de Spray. Havendo possibilidade, a Administração providenciará que todos os integrantes possuam os dois tipos de agentes químicos compondo seu equipamento de uso pessoal.

Art. 33. Após o esgotamento ou expiração da validade dos Espargidores, os guardas municipais deverão encaminhar o equipamento à Armaria, responsável por organizar o descarte apropriado e efetuar a reposição do material.

Seção III

7
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Das Granadas de Mão de Efeito Menos-Letais

Art. 34. As Granadas de Mão de Efeito Menos-Letais constituem ferramentas essenciais no arsenal da Guarda Civil Municipal, destinadas ao controle de distúrbios, operações de adentramento em ambientes fechados ou abertos, e manutenção da ordem pública. Estes dispositivos são projetados para incapacitar temporariamente ou desorientar indivíduos sem causar danos permanentes, através de mecanismos como explosões controladas, emissões de substâncias irritantes ou criação de barreiras visuais e sonoras.

Subseção I Do Uso

Art. 35. O emprego de Granadas de Mão de Efeito Menos-Letais pela Guarda Civil Municipal deve atender aos seguintes critérios:

I - Utilização em ambiente aberto (OUTDOOR) deve ser prioritária para as granadas com efeitos de luz e som, pimenta, efeito moral, e lacrimogêneas, visando controle de distúrbios e combate à criminalidade com mínimo risco de lesões;

II - Em ambientes fechados (INDOOR), granadas de adentramento, luz e som, pimenta, efeito moral, e lacrimogêneas são recomendadas para operações especiais, garantindo eficácia na surpresa e atordoamento, minimizando o impacto sobre não envolvidos;

III - Granadas de Impacto, desenvolvidas para dispersão com esferas de borracha e componentes CS ou OC, devem ser usadas considerando a segurança dos envolvidos e o risco de lesões.

§ 1º A utilização deve ser evitada em situações em que civis presentes possam ser sabidamente vulneráveis a efeitos adversos, incluindo pessoas com problemas respiratórios, cardíacos, mulheres grávidas, crianças e idosos.

§ 2º Em caso de vítimas devido ao uso das granadas, proceder imediatamente com os primeiros socorros e acionar o serviço de emergência.

§ 3º O uso deve sempre ser precedido de aviso claro, quando possível, aos envolvidos e à equipe, considerando a minimização de danos e a proporcionalidade da ação.

§ 4º As operações especiais mencionadas no inciso II, incluem, mas não se limitam a:

I - Intervenções em situações de barricada;

8
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

violenta;

II - Despejo de ocupações ilegais com potencial de resistência

III - Prisão de indivíduos altamente perigosos;

IV - Operações de controle de distúrbios em ambientes internos;

V - Resgate de pessoas em situações de risco iminente;

Art. 36. A Balarina – Granada Lacrimogênea de Movimentos Aleatórios, é destinada a operações de saturação em ambientes abertos, devendo sua ativação considerar a imprevisibilidade de sua trajetória e o risco de retorno contra os agentes.

Art. 37. A seleção dos dispositivos mencionados nesta Seção deve ser realizada com estrita aderência aos critérios de empregabilidade, e ainda:

I - Análise minuciosa das circunstâncias reais, avaliando os potenciais benefícios e riscos associados à intervenção;

II - A decisão final sobre a utilização de tais equipamentos deve caber ao guarda municipal especializado no manuseio e de maior antiguidade presente na ocorrência, garantindo a tomada de decisões baseada em experiência e conhecimento situacional.

TÍTULO II

DAS ARMAS DE FOGO

CAPÍTULO I DA AUTORIZAÇÃO

Art. 38. É autorizado aos Guardas Civis Municipais portar armas de fogo institucionais e particular, conforme legislação vigente, incluindo armas de repetição, semiautomáticas e de calibres especificados e autorizados por lei.

§ 1º O(a) Guarda Civil Municipal, ao adquirir, vender, doar, extraviar, ou ser vítima de furto ou roubo de uma arma de fogo institucional ou de sua propriedade, deverá informar o Comando da Guarda Civil Municipal no prazo máximo de 24 horas por meio de documento formal interno.

§ 2º Em caso de perda, extravio, furto ou roubo, o Guarda Civil Municipal deverá realizar a confecção de Boletim de Ocorrência da Polícia Civil (BOPC) e juntamente com o Comunicado de Evento Interno, encaminhar os referidos documentos ao Comandante da Guarda Civil Municipal, para análise e posteriormente serem



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

encaminhados para a corregedoria da Guarda Civil Municipal para abertura de Processo Administrativo para apurar a responsabilidade funcional.

Art. 39. O uso de armas de fogo está restrito a modelos e calibres permitidos pela legislação vigente e sob a autorização da Guarda Civil Municipal.

CAPÍTULO II REGRAS DE SEGURANÇA E CONDUTA

Art. 40. As seguintes regras básicas de segurança devem ser seguidas no manuseio de armas de fogo, sem prejuízo de outras orientações emanadas dos instrutores da Academia da Guarda:

- I** - Aponte a arma apenas para o que você pretende atingir;
- II** - Evite direcionar a arma para qualquer coisa que não ofereça segurança;
- III** - Trate todas as armas como se estivessem carregadas;
- IV** - Mantenha o dedo fora do gatilho até que esteja pronto e decidido a atirar;
- V** - Sempre verifique se a arma está descarregada antes de limpá-la, fazendo uma inspeção visual e física;
- VI** - É proibido o manuseio ou armazenamento negligente de uma arma;
- VII** - Não dependa exclusivamente das travas de segurança da arma; o uso de bom senso é indispensável;
- VIII** - Ao transferir uma arma para outro agente, assegure-se de nunca direcionar o cano em direção a alguém;
- IX** - Sempre carregue ou descarregue a arma apontando-a para uma direção segura;
- X** - Se ocorrer uma falha no disparo, mantenha a arma direcionada ao alvo por alguns momentos, dado o risco de ignição tardia;
- XI** - Certifique-se sempre de que a munição utilizada seja compatível com a arma;
- XII** - Evite direcionar a arma para si mesmo ou para terceiros, exceto quando estiver apontando para um alvo específico.

1
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

CAPÍTULO III DO PORTE DE ARMA

Seção I Do Porte de Arma Funcional

Art. 41. O porte de arma de fogo será permitido aos integrantes da Guarda Civil Municipal devidamente identificados por meio de sua carteira funcional, tanto em serviço quanto fora dele, em conformidade com o disposto no art. 6º, § 3º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.826/2003, e demais normas correlatas ou que venham a substituí-las.

§ 1º A validade do porte de arma é determinada pelo período especificado no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Federal.

§ 2º O documento oficial autoriza o guarda a portar a arma dentro do território estadual e em deslocamentos residenciais, inclusive para estados limítrofes vizinhos.

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo depende de treinamento técnico específico.

Art. 42. O porte é pessoal, intransferível e pode ser revogado na forma da legislação vigente.

Art. 43. O treinamento técnico para concessão de porte de arma deve incluir a disciplina de Armamento e Tiro, com no mínimo:

- I** - 100 horas para armas semiautomáticas;
- II** - 60 horas para armas de repetição;
- III** - 60 horas para armas automáticas, se disponíveis.

Parágrafo único. O treinamento mencionado no caput destinará, no mínimo, sessenta e cinco por cento de sua carga horária ao conteúdo prático.

Art. 44. Sem prejuízo das demais imposições legais, para o porte, são necessárias:

- I** - Declaração de necessidade;
- II** - Avaliação psicológica;

1
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

profissional;

III - Comprovação de capacidade técnica e qualificação

IV - Certidões negativas de antecedentes criminais;

V - Demais exigências estabelecidas pelas normativas vigentes.

Art. 45. O procedimento de Concessão, manutenção e Renovação do porte funcional de arma de fogo será regulamentado por Portaria específica.

Seção II **Da Identificação Funcional**

Art. 46. A identificação funcional da Guarda Civil Municipal possui validade em todo o território nacional e deverá ser portada pelo servidor de forma regular, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Art. 47. As carteiras devem seguir padrões específicos e são emitidas por autoridade competente, conforme dispuser a legislação.

Seção III **Da Suspensão e Cancelamento do Porte**

Art. 48. Sem prejuízo de outras circunstâncias determinadas pela legislação vigente, a autorização para o porte funcional de arma de fogo está sujeita à suspensão ou ao cancelamento em casos de uso indevido de substâncias psicoativas, demonstração de conduta inapropriada no manuseio da arma, ou mediante decisão judicial específica.

Parágrafo único. Salvo nos casos de flagrante delito previstos na legislação sobre armas de fogo, a suspensão preventiva do porte deverá ser devidamente fundamentada pelo Comandante da Guarda Civil Municipal de Caçapava e submetida à aprovação do Secretário da pasta à qual a corporação estiver subordinada.

Art. 49. O cancelamento da autorização de porte de arma de fogo será solicitado nos casos de demissão do cargo, condenação por sentença judicial transitada em julgado, ou em situações em que o guarda municipal deixe de cumprir com os requisitos legais necessários para a manutenção do porte.

CAPÍTULO IV **DA CAUTELA DE ARMAMENTO**

Art. 50. A concessão de armas é discricionária e revogável, não garantindo direito ao armamento institucional.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 51. A arma de fogo e as munições fornecidas pela Prefeitura destinam-se ao uso pelo Guarda Civil Municipal tanto em serviço quanto fora dele, para o desempenho de suas atribuições funcionais e para a salvaguarda de sua integridade física, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 52. A cautela exige responsabilidade pelo cuidado, manutenção em primeiro escalão e pela comunicação de qualquer incidente com a arma ou equipamento.

TÍTULO III DO ARMAZENAMENTO DE ARMAMENTO

CAPÍTULO I DO CONTROLE E SEGURANÇA

Art. 53. O armazenamento de armas e munições deve ser realizado em local seguro, de acesso restrito e adequadamente controlado, adotando-se todas as medidas de segurança necessárias para prevenir acesso não autorizado.

Art. 54. A gestão do armamento é atribuída a guardas municipais especialmente capacitados e designados para tal função, responsáveis por organizar, catalogar, inventariar e efetuar a manutenção preventiva do arsenal, assegurando sua prontidão operacional.

Art. 55. Os procedimentos de cautela (retirada) e descautela (devolução) de armas, munições e equipamentos são meticulosamente registrados e supervisionados, estabelecendo um controle rigoroso sobre o fluxo de material bélico, para garantir a rastreabilidade e segurança do arsenal.

Parágrafo único. A Administração implementará procedimentos para modernizar e sistematizar o controle de armas, priorizando soluções digitais e automatizadas em detrimento do uso tradicional de registros manuais em livros e papéis.

Art. 56. A autorização para a emissão e o uso de equipamentos táticos especiais, incluindo, mas não limitado a carabinas, espingardas e lançadores de granadas com as respectivas munições, além das armas de fogo de uso pessoal, é submetida a uma regulamentação estrita.

§ 1º A utilização desses equipamentos e de munições de menor potencial ofensivo é restrita a finalidades específicas e a um período determinado, necessitando de prévia justificativa clara e objetiva.

§ 2º A habilitação técnica para o manejo desses armamentos deve ser comprovada por meio de treinamento específico, cuja conclusão satisfatória é pré-requisito para a autorização de uso.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

§ 3º A autorização para emissão e uso desses equipamentos só será concedida mediante aprovação expressa do Comando da Guarda ou de autoridade competente delegada, garantindo que o emprego desses recursos seja realizado de forma responsável e alinhada com os protocolos de segurança estabelecidos.

CAPÍTULO II GERENCIAMENTO DE MUNIÇÕES

Art. 57. A gestão do armamento da Guarda Civil Municipal será responsabilidade de profissionais capacitados e designados especificamente para:

I - Realizar o registro minucioso da munição em sistemas de controle específicos;

II - Monitorar rigorosamente o fluxo de entrada e saída de munições, assegurando a precisão dos registros;

III - Comunicar ao comando, de maneira imediata, quaisquer ocorrências de perda, dano, extravio, furto, roubo ou utilização indevida de munições;

IV - Efetuar inspeções periódicas mensais em todo o estoque de munições, elaborando e encaminhando relatórios detalhados ao Comando da Guarda Civil Municipal para revisão e ações subsequentes.

Parágrafo único. A entrega de munições está condicionada à assinatura de um Termo de Responsabilidade pelo receptor, garantindo a formalização do compromisso com o uso adequado e a segurança das munições recebidas.

CAPÍTULO III RESPONSABILIDADES DO GESTOR DE ARMAMENTO E MUNIÇÕES

Art. 58. Além das tarefas já especificadas neste Regulamento, também são deveres dos guardas municipais encarregados da Reserva de Armamento e Munições:

I - Coordenar a recepção, armazenamento, registro, distribuição e cautela de armas de fogo, munições e demais equipamentos de segurança;

II - Manter um histórico detalhado de uso de cada item de segurança, incluindo armas de fogo.

Art. 59. A gestão da Reserva de Armamento e Munição será atribuída a integrantes efetivos da carreira da Guarda Civil Municipal de Caçapava, que assumirão integral responsabilidade pela segurança, manutenção e distribuição adequada

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

do arsenal, além de zelar pelo meticuloso controle e registro das cautelas e pela confidencialidade das informações institucionais.

Parágrafo único. O encarregado pela Reserva de Armamento e Munição deve estar em posse de um porte funcional de arma de fogo válido e ser devidamente capacitado no manejo de todos os equipamentos sob sua supervisão.

TÍTULO IV CONDUTAS NO MANUSEIO DE ARMAMENTO

Art. 60. Ao portar uma arma de fogo, o Guarda Civil Municipal é obrigado a:

I - Cumprir rigorosamente as diretrizes específicas para o porte de arma, mantendo em sua posse a Identidade Funcional e o Certificado de Registro da Arma de Fogo (quando a lei o exigir) em todas as circunstâncias;

II - Utilizar somente a munição oficial disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Caçapava, comprometendo-se com as práticas exemplares de segurança e a responsabilidade no manuseio da arma.

§ 1º O uso da arma de fogo, independentemente de estar em horário de serviço ou de folga, deve ser pautado pela cautela, sempre em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis.

§ 2º Mediante solicitação prévia, o guarda municipal poderá ser autorizado a utilizar a arma funcional para fins de treinamento em estandes de tiro privados que estejam devidamente licenciados, empregando munições pessoais que sejam compatíveis e adequadas para o referido armamento.

Art. 61. Na eventualidade de extravio ou roubo da arma funcional, munições ou quaisquer documentos pertinentes, o guarda municipal deve formalizar o incidente na Polícia Civil e comunicar à Polícia Federal, além de prontamente informar o comando direto.

Art. 62. Todo e qualquer incidente que envolva o disparo de uma arma de fogo deverá ser imediatamente comunicado ao Inspetor de plantão, que acionará o Comando da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. Compete ao Comando da Guarda responsabilizar-se pela investigação do ocorrido através da Corregedoria, garantindo também que o Secretário de Defesa e Mobilidade Urbana seja adequadamente informado.

Art. 63. O porte de arma de fogo, durante o período de folga, deve ser exercido de maneira discreta e não ostensiva, adotando-se particular prudência em locais públicos ou áreas com elevada aglomeração de pessoas.

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 64. É terminantemente proibido ao guarda municipal portar armas quando sob a influência de álcool ou substâncias psicoativas. A infração a esta norma sujeita o infrator a penalidades rigorosas, incluindo a possibilidade de demissão.

TÍTULO V INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 65. Todo membro da Guarda Civil Municipal de Caçapava deve cumprir rigorosamente as normativas estabelecidas neste Regulamento e legislação aplicável em relação ao manuseio, porte e uso de armamento e munições.

Art. 66. O presente Regulamento serve como complemento ao Decreto nº 15.586/2013, que estabeleceu o Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Municipal, visando assegurar a responsabilidade e a integridade no manuseio destes recursos.

Parágrafo único. Infrações a estas regras sujeitam o infrator às penalidades previstas no Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Municipal e demais legislações pertinentes.

Art. 67. Para efeitos deste Decreto, são consideradas infrações disciplinares de natureza leve as condutas elencadas a seguir:

I - A omissão, por parte dos guardas municipais designados para tal função, em conduzir preleções com o efetivo, com o objetivo de distribuir as atividades, assegurar o cumprimento das ordens superiores e verificar o uso correto dos equipamentos;

II - A omissão, por parte dos guardas municipais designados para tal função, em supervisionar in loco a apresentação de ocorrências à autoridade policial sem justificativa adequada;

III - Falhar em exercer controle efetivo sobre o uso dos materiais, viaturas, armamentos e serviços sob sua responsabilidade, incluindo, mas não se limitando a negligenciar a verificação regular do estado e da manutenção dos equipamentos, permitir o uso de viaturas fora dos procedimentos estabelecidos, não assegurar a adequada guarda e conservação dos armamentos, e falhar na coordenação e supervisão dos serviços delegados.

Art. 68. Para efeitos deste Decreto, são consideradas infrações disciplinares de natureza média as seguintes condutas:

I - Portar armamento ou munição sem a devida identificação funcional;

II - A ausência ou a não conclusão da carga horária mínima obrigatória do Estágio Anual de Qualificação Profissional (EAQP) dentro do período

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

determinado pela autoridade responsável, que é essencial para a continuidade do direito ao Porte de Arma de Fogo, sem uma justificativa válida; excetuando-se situações em que a falha em cumprir tal requisito seja devido exclusivamente à Administração;

III - Negligenciar a manutenção preventiva do armamento;

IV - Utilizar armamento ou munição particular de maneira ostensiva durante o serviço;

V - Empregar munições particulares ou não padronizadas pela Prefeitura Municipal em armas funcionais sem a devida autorização;

VI - Usar munições institucionais em armas particulares;

VII - Não manusear os equipamentos e munições menos letais de acordo com a empregabilidade e recomendações estabelecidas pelos fabricantes e pelos IAT;

VIII - Executar atos que evidenciem uso inadequado do armamento ou munição, mesmo fora do serviço;

IX - Utilizar arma de fogo e/ou munição funcionais em atividades particulares, remuneradas ou voluntárias, que não estejam relacionadas às funções da Guarda Civil Municipal de Caçapava;

X - Não assegurar a restrição de acesso por terceiros não autorizados ao Documento de Identidade Funcional, à arma de fogo, ou à munição sob sua responsabilidade;

XI - Não devolver, sem justificativa, a arma de fogo funcional, munição ou Documento de Identidade Funcional dentro do prazo estipulado pela autoridade competente;

XII - Omitir a notificação de incidentes ou condições que possam comprometer a segurança ou o funcionamento adequado da arma ou munição;

XIII - Não comunicar de imediato a ocorrência de apreensão, extravio, furto, roubo ou danos ao armamento ou munição da Prefeitura Municipal;

XIV - Omitir ou falhar em reportar de imediato à autoridade competente qualquer incidente envolvendo a utilização de arma de fogo sob sua responsabilidade;

XV - Não informar a participação ou presença em situações em que ocorreram disparos de arma de fogo efetuados por outro Guarda Municipal, exceto quando a presença foi devidamente registrada por autoridade competente;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

XVI - Ignorar as regras básicas de segurança no manejo de armas de fogo;

XVII - Municiar, carregar ou alimentar arma de fogo fora de área apropriada para tal;

XVIII - Não comparecer aos exames psicológicos, avaliações médicas, perícias, ou provas técnicas de manuseio de arma de fogo exigidos para a concessão ou renovação do porte de arma, sem justificativa adequada;

XIX - Não preservar o local de um disparo de arma de fogo, mantendo as evidências intactas para investigação;

XX - Não seguir com os procedimentos descritos no Art. 73º deste Regulamento.

Art. 69. Para efeitos deste Decreto, classificam-se como infrações disciplinares de caráter grave as seguintes condutas:

I - Efetuar disparos de arma de fogo intencionalmente, mas sem fundamentação legítima, ou em circunstâncias que não exigem o uso da força;

II - Portar arma de fogo em violação às normativas legais vigentes, incluindo, mas não limitado a contextos de restrições judiciais específicas ou em incidentes relacionados à violência doméstica e familiar;

III - Manipular ou alterar a cena de um disparo de arma de fogo, comprometendo a integridade da perícia técnica e o processo investigativo subsequente;

IV - Portar ou manusear arma de fogo e/ou munição enquanto influenciado por substâncias psicoativas, alcoólicas ou qualquer outro entorpecente que afete a capacidade cognitiva e motora;

V - Direcionar a arma de fogo em direção a indivíduos de forma negligente ou imprudente;

VI - Omitir ou falhar em reportar de imediato à autoridade competente qualquer incidente envolvendo a utilização de arma de fogo sob sua responsabilidade;

VII - Utilizar a arma de fogo para intimidar, ameaçar ou coagir injustamente civis ou outros servidores, independentemente da presença de testemunhas;

VIII - Negligenciar a manutenção adequada e o armazenamento seguro de armas de fogo e munições, resultando em risco para a segurança pública;

RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

IX - Empregar arma de fogo, de propriedade institucional ou particular, em atividades que constituam conflito de interesse ou que comprometam a imagem da instituição;

X - Vender, alugar, emprestar ou de qualquer forma ceder o uso de arma de fogo ou munição institucional a terceiros sem autorização expressa da autoridade competente.

Parágrafo único. Os disparos acidentais de arma de fogo resultantes de negligência, imprudência ou falta de habilidade técnica poderão ser classificados como infrações de natureza leve ou média, conforme o contexto específico, local de ocorrência, extensão dos danos colaterais, entre outros critérios avaliados sob a luz dos princípios de Razoabilidade e Proporcionalidade.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 70. As sanções aplicáveis às infrações descritas nos Artigos 67 a 69 estarão alinhadas com as estipulações do Código de Ética e Conduta da Guarda Civil Municipal de Caçapava, considerando a gravidade de cada infração e podendo incluir desde advertência até a demissão, conforme a natureza da infração e seu impacto na integridade da força de segurança e no bem-estar público.

Art. 71. No caso de extravio, furto ou roubo de arma de fogo do patrimônio municipal, o incidente deve ser imediatamente reportado ao Comando da Guarda Civil Municipal, que, por sua vez, notificará a Corregedoria da Guarda Civil Municipal para a abertura de um procedimento administrativo disciplinar destinado a apurar os fatos e responsabilidades.

Art. 72. Caso uma arma de fogo perdida seja recuperada, esta deverá passar por uma perícia técnica para verificar sua condição e funcionamento. Se estiver em condições adequadas, será reincorporada ao patrimônio municipal e devidamente regularizada junto ao Departamento de Polícia Federal. Se considerada inapropriada para uso, será enviada ao Comando do Exército para destruição, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Art. 73. Qualquer incidente, acidente ou disparo de arma de fogo envolvendo um membro da Guarda Civil Municipal de Caçapava deve ser prontamente averiguado por autoridades designadas, que deverão tomar as medidas imediatas para apuração dos fatos, mantendo o Secretário de Defesa e Mobilidade Urbana.

Art. 74. Para a devida apuração de incidentes relacionados ao uso de armas de fogo, os Inspetores Regionais e/ou Inspetores de Plantão devem:

1
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

I - Avaliar o local do incidente e coletar informações essenciais;

II - Orientar o Guarda Municipal envolvido sobre os procedimentos adequados a seguir;

III - Assegurar a coleta e preservação de evidências, incluindo a arma de fogo utilizada e cartuchos disparados;

IV - Elaborar um relatório baseado nas informações coletadas, que será encaminhado para análise superior.

Art. 75. É dever dos guardas municipais reportarem imediatamente qualquer conduta ilegal observada entre colegas que envolva o uso indevido de arma de fogo do patrimônio municipal, comunicando a situação ao Inspetor responsável pelo Plantão, ao Subcomando, ao Comando ou à Corregedoria da Guarda Civil Municipal para as devidas providências.

Art. 76. Nas situações que envolvam o emprego de armas de fogo por membros da Guarda, o Comando conduzirá uma análise detalhada para determinar se há a necessidade de iniciar um procedimento administrativo disciplinar e/ou de suspender temporariamente o porte de arma do indivíduo envolvido.

§ 1º A análise mencionada no caput deste artigo culminará em uma decisão embasada em critérios objetivos, considerando as circunstâncias do incidente, evidências coletadas no local, além de avaliações técnicas, médicas e psicológicas pertinentes ao envolvido.

§ 2º Até que haja uma decisão formal do Comando da Guarda sobre a suspensão do porte de arma, e enquanto a arma implicada estiver retida para exames técnicos e periciais, será providenciada ao guarda em questão a cessão de outro armamento e munição, destinados exclusivamente para sua defesa pessoal, garantindo assim a manutenção de sua segurança.

Art. 77. A avaliação psicológica para porte de arma de fogo será realizada em conformidade com as diretrizes da Polícia Federal, garantindo que apenas aqueles com condições psicológicas adequadas mantenham o porte.

Art. 78. O Comando da Guarda Civil Municipal reserva-se o direito de, em qualquer momento, e mediante decisão fundamentada, exigir que o guarda municipal seja submetido a avaliações psicológicas ou médicas, especialmente quando circunstâncias externas indicarem a necessidade de precaução em relação ao porte de armamento.

§ 1º A necessidade de uma avaliação psicológica ou médica pode ser indicada por uma variedade de circunstâncias externas, incluindo, mas não se limitando a:

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

I - Observação de mudanças significativas no comportamento do guarda municipal;

II - Exposição a níveis de estresse que impactem negativamente o julgamento ou a eficácia no trabalho;

III - Identificação ou suspeita de transtornos de saúde mental;

IV - Ocorrência de conflitos familiares intensos com potencial de afetar a estabilidade emocional;

V - Redução acentuada na qualidade do desempenho profissional ou habilidade operacional;

VI - Consumo de substâncias psicoativas que possa afetar a segurança pessoal ou capacidade decisória;

VII - Registros de comportamento violento ou agressivo, tanto no ambiente profissional quanto pessoal;

VIII - Envolvimento em questões legais ou processos judiciais que possam influenciar o bem-estar psicológico.

§ 2º O Comando da Guarda, de ofício, ou por indicação da Corregedoria ou da Inspetoria da Guarda Civil Municipal, quando deparado com situações que demandem reavaliação psicológica de um Guarda Civil Municipal, independentemente do ciclo regular de avaliações, devem prontamente solicitar tal avaliação.

§ 3º Incidentes envolvendo o uso de arma de fogo podem motivar a solicitação de uma nova avaliação psicológica para o Guarda Municipal envolvido, a fim de garantir a manutenção dos padrões de segurança e adequação psicológica para o porte de arma.

Art. 79. O Comando em conjunto com a Inspetoria da Guarda Civil Municipal são responsáveis por organizar e supervisionar as avaliações psicológicas e técnicas necessárias, conforme exigido pela legislação, assegurando que todos os guardas habilitados para o porte de armas estejam em conformidade com os padrões estabelecidos, evitando assim qualquer interrupção ou restrição ao porte de arma por parte dos Guardas Civis Municipais.

Art. 80. A Guarda Civil Municipal, atuando através de sua Inspetoria, será responsável pelas seguintes atribuições vinculadas à autorização e manutenção do porte de arma de fogo pelos seus integrantes:

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

I - Organizar e facilitar a emissão e a renovação dos laudos psicológicos exigidos para o porte de arma, assegurando que tais procedimentos sejam realizados antes do término de sua validade e de maneira a minimizar impactos nas escalas de serviço dos guardas municipais;

II - Estabelecer e manter procedimentos internos robustos que garantam a aderência contínua às normas regulamentadoras pertinentes à avaliação psicológica requerida para o porte de arma de fogo, incluindo o monitoramento ativo dos prazos de validade dos laudos psicológicos;

III - Manter um registro meticulosamente atualizado dos guardas municipais autorizados a portar armas, assegurando a comunicação imediata de quaisquer modificações ao departamento responsável pela administração do arsenal e das munições da corporação, facilitando, assim, a gestão eficiente e segura do armamento institucional.

Art. 81. É obrigatório para todos os Guardas Civis Municipais o uso de coletes balísticos fornecidos pela Instituição durante o exercício de suas funções de patrulhamento ou em postos de vigilância.

Art. 82. Este regulamento aplica-se a todos os membros ativos da Guarda Civil Municipal de Caçapava, que devem seguir fielmente as diretrizes estabelecidas para o uso, porte e gestão de armamento e munições.

Art. 83. Situações não previstas neste regulamento serão resolvidas pelo Prefeito Municipal, com base nas recomendações do Comando e da Corregedoria da Guarda Civil Municipal e do Secretário de Defesa e Mobilidade Urbana.

Art. 84. O Guarda Civil Municipal deve:

I - Conhecer as normas contidas no Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Municipal de Caçapava;

II - Atualizar-se sobre a legislação vigente relacionada ao porte de armas;

III - Conhecer a responsabilidade de portar uma arma de fogo e as consequências de seu uso indevido.

Art. 85. A Administração Municipal fornecerá treinamentos periódicos sobre o uso adequado e seguro de armas de fogo e munições, visando a atualização e capacitação contínua dos Guardas Civis Municipais.

Art. 86. O porte de arma de fogo poderá ser autorizado apenas para aqueles guardas que atenderem aos requisitos estabelecidos neste Regulamento e na legislação vigente.

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

Estado de São Paulo

Art. 87. Este regulamento estabelece um marco regulatório para o manuseio, porte e controle de armamento e munições pela Guarda Civil Municipal de Caçapava.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88. As dúvidas e situações não previstas neste Regulamento serão dirimidas pelo Comandante da Guarda Civil Municipal de Caçapava de acordo com a legislação vigente e os princípios da administração pública.

Art. 89. O servidor da Guarda Municipal que não cumprir as disposições deste Regulamento estará sujeito a medidas disciplinares.

Art. 90. Fica revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Art. 91. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, 03 de novembro de 2025.

**DR. YAN LOPES DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL**

2
RUA CAPITÃO CARLOS DE MOURA, 243 – FONE - PABX (12) 3654-6600
CEP 12.280-050 C.N.P.J. 45.189.305/0001-21



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA – SP

NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS

O Município de Caçapava, atendendo ao disposto no art. 2º da Lei Federal n.º 9.452/97, em conformidade com o decreto n.º 3.068, de 01/07/97, notifica os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede em Caçapava, que o Governo Federal liberou recursos no valor de R\$ 2.428.919,03 (Dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e dezenove reais e três centavos) os quais especificamos abaixo:

CONTA CORRENTE	PROGRAMA	DATA	VALORES
49.112-8	FUNDO M SAÚDE-ENFERMAGEM	01/12/2025	R\$ 91.583,79
49.110-1	FUNDO MUN. SAÚDE	03/12/2025	R\$ 44.598,61
49.110-1	FUNDO MUN. SAÚDE	04/12/2025	R\$ 22.322,21
49.110-1	FUNDO M SAÚDE-ENFERMAGEM	04/12/2025	R\$ 108.750,53
33.250-3	EDUCAÇÃO-PNAE-ALIMENTAÇÃO	03/12/2025	R\$ 49.285,75
38.210-8	FUNDEB-ITR	28/11/2025	R\$ 669,06
38.210-8	FUNDEB-FPE-FPM	28/11/2025	R\$ 190.006,13
38.210-8	FUNDEB-IPI-EXPORTAÇÃO	28/11/2025	R\$ 5.917,85
38.210-8	FUNDEB-DIST. REC.ENS. INTEGRAL	28/11/2025	R\$ 137.096,08
38.210-8	FUNDEB-IPVA	02/12/2025	R\$ 41.174,76
38.210-8	FUNDEB-RECEB. DE ICMS	02/12/2025	R\$ 1.628.454,86
38.210-8	FUNDEB-ITCMD	02/12/2025	R\$ 47.270,21
173.010-X	CFEM	28/11/2025	R\$ 40.810,94
173.010-X	CFEM	01/12/2025	R\$ 19.948,39
160.597-6	ITR	28/11/2025	R\$ 1.029,86
TOTAL			R\$ 2.428.919,03

Caçapava, 04 de dezembro de 2025.

Dr. Yan Lopes de Almeida
Prefeito Municipal

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 6228/2025 – Auto de Infração e Multa

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que o Sr. José Monteiro de Camargo, CPF “não consta”, Endereço Rua Cap. Jorge Dias Velho nº 52, Bairro Vila São Geraldo, neste município, foi autuado no dia 08/08/2025, através do A.I.M DPU01 Série 0004, pela Fiscalização de Obras, no endereço sito a Rua Cap. Jorge Dias Velho nº 18, Classificação 01.024.007.000, neste município, devido a execução de demolição total ou parcial de obra sem licença da Prefeitura, violando o Artigo 6º da Lei 1507/1972, cujo incurso na multa é R\$ 500,00 (quinhentos reais) de acordo com a Tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que o destinatário é desconhecido, conforme informado pelo Sr. Marco Antonio Nascimento.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 6230/2025 – Auto de Infração e Multa

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que o Sr. José Monteiro de Camargo, CPF “não consta”, Endereço Rua Cap. Jorge Dias Velho nº 52, Bairro Vila São Geraldo, neste município, foi autuado no dia 08/08/2025, através do A.I.M DPU01 Série 0005, pela Fiscalização de Obras, no endereço sito a Rua Cap. Jorge Dias Velho nº 24, Classificação 01.024.008.000, neste município, devido a execução de demolição total ou parcial de obra sem licença da Prefeitura, violando o Artigo 6º da Lei 1507/1972, cujo incurso na multa é R\$ 500,00 (quinhentos reais) de acordo com a Tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que o destinatário é desconhecido, conforme informado pelo Sr. Marco Antonio Nascimento.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5543/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04092001000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5544/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04093002000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5557/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel sem Classificação, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5574/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.003.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5578/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.004.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5581/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.005.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5583/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.006.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5585/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.007.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5586/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.008.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5589/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.009.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5590/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.010.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5592/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.011.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5595/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.012.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5600/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.013.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5602/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.014.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5605/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.015.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5606/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.092.016.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5611/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.001.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5613/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.002.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5614/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.003.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5615/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.004.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5616/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.005.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5618/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.006.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Caçapava, 4 de dezembro de 2025

Ref.: processo nº 5620/2025 – Notificação Preliminar

A Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente através do Departamento de Planejamento Urbano vem por meio deste informar que a Salgueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 60.xxx.xxx/xxxx-74, Endereço Rua Santa Isabel nº 172, Bairro Vila Buarque, no município de São Paulo/SP, foi notificado no dia 23/07/2025, pela Fiscalização de Obras, no endereço Av. Mal. Castelo Branco s/n, Parque do Museu, o imóvel de Classificação 04.093.007.000, neste município, para construir/reconstruir a calçada de acordo com a Lei nº 1507/72 artigos 92 e 94, no prazo de 30 (trinta) dias. O não atendimento deste artigo acarretará em multa de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a tabela da Lei 5744/2019. Tal publicação se faz necessária pois a Agência dos Correios em devolução da Carta AR informou que a destinatária mudou-se do endereço de entrega da correspondência.

Atenciosamente,

Gilson Koba

Coordenador de Fiscalização de Obras

Rua Capitão Carlos de Moura, 243 – Vila Pantaleão – Caçapava/SP
FONE – PABX (12) 3654-6600 – CEP 12.280-050 – CNPJ 45.189.305/0001-21





**FUSAM – FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE
CAÇAPAVA
HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 075/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2025**

“OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de SERVIÇO DE DOSIMETRIA, com o Fornecimento De Dosímetros Individuais, Leitura Mensal e Controle de Doses de Radiação Ionizante Recebida por Trabalhadores do Setor de Radiologia”

Modalidade: Dispensa de Licitação – Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Contratante: FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA – **CNPJ:** 50.453.703/0001-43

Contratada:

PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA CNPJ 87.389.086/0001-74 – vencedora do item 01 - no valor global de R\$ 6.019,20 (seis mil e dezenove reais e vinte centavos);

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMA DE TRABALHO (Funcional)	FONTE (nº e título)	CÓDIGO DE APLICAÇÃO
278	3.3.90.39.99	10 302 1002 2460	05- TRANSFERENCIAS E CONVENIOS	3020001

Conforme propostas de preços apresentadas e acostadas aos autos dos processos em epígrafe.

Marcela Aparecida da Silva França – Presidente da FUSAM
Caçapava, 03/12/2025

**FUSAM - FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA****CNPJ:** 50.453.703/0001-43**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZO****Processo nº 089/2025 - Dispensa de Licitação nº 046/2025****Objeto:** Aquisição de Drogas e Medicamentos**Modalidade:** Dispensa de Licitação – Art. 75, Inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.**CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA - **CNPJ:** 50.453.703/0001-43**CONTRATADAS:****MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ 31.378.288/0002-47** – vencedora nos itens 02, 06, 09 e 20 no valor global de **R\$ 990,10** (Novecentos e noventa reais e dez centavos),**BRASIL FARMAON MEDICAMENTOS FARMACEUTICOS LTDA – CNPJ 40.254.918/0001-81** – vencedora nos itens 08, 12, 14, 19 e 24 no valor global de **R\$ 1.711,45** (Hum mil, setecentos e onze reais e quarenta e cinco centavos),**CRISMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ 04.192.876/0001-38**– vencedora dos itens 05, 07, 15, 18, 22, 23 e 26 no valor global de **R\$ 3.018,30** (Três mil e dezoito reais e trinta centavos),**HDL LOGÍSTICA HOSPITALAR LTDA – CNPJ 11.872.565/0002-00** vencedora dos itens 10, 11, 13, 16 e 17 no valor global de **R\$ 9.617,62** (Nove mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos),**PRECISION COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS – CNPJ 30.461.442/0001-04** vencedora dos itens 01, 04, 21, 25 e 27 no valor global **R\$ 18.444,00** (Dezoito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais),**FUTURA COM. DE PROD. MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA – CNPJ 08.231.734/0001-93** vencedora do item 03 no valor global **R\$ 39.199,30** (Trinta e nove mil, cento e noventa e nove reais e trinta centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMA DE TRABALHO (Funcional)	FONTE (nº e título)	CÓDIGO DE APLICAÇÃO
171	3.3.90.30.09	10 302 1002 2460	01 - TESOURO	3020000

Conforme propostas de preços apresentadas e acostadas aos autos dos processos em epígrafe.

Marcela Aparecida da Silva França

Presidente da FUSAM

Caçapava, 04 de Dezembro de 2025.

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 24/09/2025**

Divulgamos abaixo a relação dos candidatos convocados nesta etapa.

Apresentar-se à FUSAM - Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava, no setor de Departamento Pessoal, no endereço Rua Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro, Caçapava/SP, até dia 08/12/2025 às 08:00h.

Em caso de dúvidas, ligar para (12) 3654-8800 Ramal 8850.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

7º Cristiane Panchioni

8º Alicia Furtado da Cunha

9º Jacqueline da Silva Lopes

10º Erick Borges da Silva

Caçapava, 04 de dezembro de 2025

Departamento Pessoal FUSAM

Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro – Caçapava/SP - CEP 12.281-450 Telefone: (12) 3654.8800

Inscrição Municipal 6143

CNPJ 50.453.703/0001-43

**CONCURSO PÚBLICO 001/2025**

Divulgamos abaixo a relação dos candidatos convocados nesta etapa.

Apresentar-se à FUSAM – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava, no setor de Departamento Pessoal, no endereço Rua Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro, Caçapava/SP, até dia 08/12/2025 às 08:00h.

Em caso de dúvidas, ligar para (12) 3654-8800 ramal 8850.

TÉCNICO ENFERMAGEM

27º Adriana Santos de Abreu

FARMACÊUTICO

3º Bianca Camillo de Toledo Lanfranchi

4º Mariana Ferraresi Bertoli

5º Maria Beatriz Andrade Assis

MÉDICO INTENSIVISTA

5º Rafaelle Brandão de Deus

TÉCNICO DE RADIOLOGIA

3º Josué Pedroso de Almeida

Caçapava, 04 de dezembro de 2025

Departamento Pessoal

Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 – Centro – Caçapava/SP - CEP 12.281-450 Telefone: (12) 3654.8800

Inscrição Municipal 6143

CNPJ 50.453.703/0001-43